

# CONCEPÇÕES ESPAÇO-TEMPORAL EM PERSPECTIVA FILÓSOFICO-AMBIENTAL NO IDEÁRIO OCIDENTAL

Sergio Luiz Malta de Azevedo<sup>1</sup>; Maria do Socorro Pereira de Almeida<sup>2</sup>

1. Doutor em Geografia, professor da Universidade Federal de Campina Grande, professor do programa de pós-graduação em Ecologia Humana da UNEB. [maltasma@gmail.com](mailto:maltasma@gmail.com)

2. Doutora em Literatura e Cultura, professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco. [socorroalmeidalettras@gmail.com](mailto:socorroalmeidalettras@gmail.com)

## RESUMO

O artigo tem como objetivo refletir em perspectiva filosófico-ambiental o ideário ocidental de natureza. Com a abordagem espaço-temporal e partindo da filosofia grega pré-socrática buscamos presentificar o que, contemporaneamente, concebemos como meio ambiente. No estudo considerou-se o olhar crítico de vários estudiosos cujos conhecimentos foram tratados interdisciplinarmente em relação ao contexto em que se desenvolveu o tema em apreço. Com a pesquisa foi possível perceber reflexões que nos levam a concluir que chegamos ao um limite do uso de recursos naturais, em geral, desconsiderando, porém, a importância do nosso semelhante e do não-humano.

**Palavras-chave:** Ocidente. Sociedade. Meio ambiente.

## ABSTRACT

The article aims to meditate, in the philosophical-environmental perspective, about the western ideal of nature. With the temporal-spacial approach and starting from the pre-socratic greek philosophy, we seek to make present what, contemporaneously, is conceived as environment. In the study, is considered the critical look of many scholars whose acquirements were treated interdisciplinarily in relation to the context in which the theme was developed. With the research, it was possible to perceive reflexions that lead us to conclude that we have reached a limit to the use of environmental resources in general, disconsidering, though, the importance of our neighbours and non-humans.

**KEYWORDS:** West. Society. Environment.

## 1. INTRODUÇÃO

As discussões acerca das questões ambientais nunca foram tão pertinentes quanto atualmente e tendem a crescer, de vez que a busca por uma conscientização ambiental se torna cada vez mais necessária para qualidade de vida atual e das futuras gerações. Ao olhar para a História humana encontramos fatores que esclarecem e ajudam a entender muito do que ocorre hoje em termos da delapidação dos recursos naturais. O contexto histórico é importante porque não há presente sem passado, e muito do que somos ou fazemos é, também, reflexo de algo que foi dito, visto, vivido ou ensinado anteriormente e, com o meio ambiente não é diferente. É necessário entender fatos para que possamos preservar o que nos foi legado pelas comunidades pretéritas na perspectiva do que se considera ideal para relação sociedade-natureza, afim de deter ou pelo menos mitigar os processos de desestabilização da referida relação.

Ao observar a natureza com os olhos do homem moderno e ocidentalizado, em geral, a tomamos como algo estático, que pertence ao mundo da ordem estritamente biológica no qual a interação homem/natureza é criticamente inexistente, já que este é “dono” e “senhor” do mundo e que a natureza foi criada para ser serva do homem, como condiz ao pensamento e às atitudes do homem na contemporaneidade.

Os diferentes povos da antiguidade, como os assírios, egípcios, hebreus, chineses, indianos, entre outros, tiveram diferentes formas de ver a natureza, mas é na Grécia, a partir de Tales de Mileto, que se dá o primeiro passo em direção a uma visão cientificista sobre o universo. Vale salientar, no entanto, que as antigas fontes de pensamento se encontram refletidas em algumas teorias desenvolvidas pelos filósofos da antiguidade grega.

A natureza, também denominada *physis*, vai possibilitar os estudos dos fisiólogos e as primeiras observações da Física. As observações dos primeiros filósofos eram, basicamente, uma correspondência entre a razão humana e o real, ou seja, era constituída de uma visão racional da realidade.

Diante desse contexto, o artigo discute as visões de natureza no processo de formação do pensamento ocidental, as atitudes do homem para com o meio ambiente e as relações humanas em geral. Partimos dos pressupostos filosóficos gregos e em seguida discutimos sobre a visão do que se condicionou se chamar de ecologia e do que entendemos sobre meio ambiente.

Assim, a nossa visão mediada pela lente da tecnologia e ampliada pela ideia de universalidade, tem a possibilidade de observação de virtudes e “defeitos” e de ações positivas e negativas sobre a natureza, quiçá provocar discussões que nos levem a fazer escolhas mais conscientes.

## **2. ALGUMAS PONDERAÇÕES FILOSÓFICO-AMBIENTAIS**

O termo *physis* remete à tentativa de ver a natureza essencial de todas as coisas. Observa-se, então, que no processo pioneiro de formação da filosofia grega, não havia grande distinção entre misticismo, filosofia e religiosidade, constituindo-se em

uma espécie de transcendentalismo do qual emanavam todas as formas de existência. Assim, os estados de vida e a espiritualidade são fatores que unificam as percepções de mundo oriental e se comunica com a ocidental.

Nesse sentido, tudo na natureza era essencialmente vida e um ser estava ligado ao outro, enquanto que o “corpo” do mundo era comparado ao corpo humano, premissas que se afirmam nas palavras de Fritjof Capra quando diz: “Tales declarou que todas as coisas estavam cheias de deuses e Anaximandro encarava o universo como uma espécie de organismo mantido pelo pneuma, a respiração cósmica, à semelhança do corpo humano mantido pelo ar.” (CAPRA, 2006, p. 23).

Heráclito, por sua vez, acreditava na existência dos opostos e os achava necessários já que, para ele, as duas porções contrárias formam uma unidade e o mundo contém esses opostos essenciais para as transformações. Na verdade, a nossa visão ocidental é que vê essa contrariedade, porque para o citado filósofo era uma espécie de complementaridade, ou seja, os diferentes se complementam. Assim, o filósofo afirma que nada é eternamente estático e, por isso, há uma fluidez em tudo que existe. Embora essa natureza mutante esteja em todas as coisas e seres, essas unicidades individuais formam o todo, o contexto espacial e ambiental do mundo.

Ao contrário de Heráclito, Parmênides supõe a existência de uma força maior em tudo. Para ele, as coisas não são estáticas em virtude da ação dessa força, que passa a ser considerada divina e, depois, como um Deus acima de todos os deuses. Refletindo sobre essa premissa, Capra faz a seguinte avaliação:

A divisão dessa unidade deu-se a partir da escola eleática que pressupunha um Princípio Divino posicionado acima de todos os Deuses e de todos os homens. Esse princípio foi inicialmente identificado com a unidade do universo; mais tarde, entretanto, passou a ser encarado como um Deus pessoal e inteligente, situado acima do mundo e dirigindo-o. Dessa forma, originou-se uma tendência de pensamento responsável, mais tarde, pela separação entre espírito e matéria, gerando o dualismo que se tornou a marca característica da filosofia ocidental. (2006, p. 24)

É nesse contexto de (des)afirmações que tenta-se encontrar um fio que ligue as duas ideias, ou seja, algo que preencha o espaço entre o devir heracliano e a estaticidade parmenidiana. Surgem então, no século V a.C, os atomistas gregos Leucipo e Demócrito, que descobrem o átomo, considerado durante muitos séculos,

a menor unidade indivisível da matéria. Para eles, o universo seria constituído por uma grande quantidade de átomos, sendo assim todos os seres são formados por uma infinidade de átomos unidos, conjugados e com uma vida finita, com começo, meio e fim.

É a partir dos estudos dos atomistas gregos que o Ocidente passa a conceber a separação entre corpo e alma, valorizando o que daria movimento ao corpo, que seria a alma. Nasce, assim, o dualismo humano entre mente e matéria, corpo e alma. Com a ideia da existência espiritual fortalece-se a preocupação com as ações humanas, que gera a concepção filosófica da ética, que perdurou mais de dois mil anos. Observa-se que os orientais pensavam o mundo como um corpo, cuja essência seria o divino, a representação de Deus. Os gregos começam a perceber um corpo e algo além dele, uma alma. Porém, isso seria característico apenas do humano, pela capacidade de raciocínio. Desde então, desenha-se uma fratura entre homem e natureza, porque o homem passa a se ver como diferente de todos os outros elementos.

Assim, em cada época, pensadores vão redirecionando sua percepção do que vem a ser natureza, abrindo muitas contingências de entendimento dessa categoria do pensamento universal. No pitagorismo, por exemplo, ela está ligada à concepção numérica do mundo. Para Pitágoras, todos os números eram resultado da divisão de um único número, o (1), ou seja, o número 1 seria o princípio de tudo, porque dele advém os outros.

Foi através da descoberta entre harmonia sensível e harmonia inteligível, na esfera musical, que Pitágoras contribuiu para a observação científica da harmonia entre os elementos que constituem o universo. Assim, a condição dada aos tons, de forma racionalizada, proporciona o prazer de ouvi-los e de conceber a beleza no invisível, que desencadeia o que chamamos de sensibilidade. É a partir desse princípio que os pitagóricos vão conceber a visão de natureza, como afirma Maciel Junior:

Conceberam a natureza como um imenso concerto. Entenderam que as dissonâncias locais entre coisas iriam se resolver entre coisas universais. A harmonia preside tudo. Existe uma harmonia das esferas celestes, que se estabelece entre a posição e a ordem das esferas ou dos círculos, pelos quais giram os planetas. Existe uma harmonia dos círculos terrestres, ciclo dos dias, dos meses, das estações, dos anos e das décadas. Existe uma

harmonia da vida. Em suma a harmonia rege a totalidade da *physis*. (2007, p. 81)

A concepção pitagórica de unidade e de harmonia se encontra ainda com as dos orientais e também com a de Heráclito. O que parece contradição pode ter explicação quando visto de forma mais global. É como olhar uma árvore, pensando que os seus frutos são resultado da harmonia e interação entre a semente e a terra, ou seja, esse processo integrador deu origem à árvore e dela vem o fruto.

Dessa forma, tudo tem um princípio, e esse princípio pode ser o fim de outro, pois o fruto amadurecido, ao lançar sua semente sobre o solo, vai permitir o nascimento de uma nova árvore e, conseqüentemente, outro fruto, em perspectiva cíclica. A semente lançada naturalmente no solo é a sua situação-limite. Resguardadas as necessárias peculiaridades, do mesmo modo, o ser humano se reproduz, envelhece e morre e o seu fruto (filho) irá, da mesma forma, manter o ciclo.

Nesse contexto, observa-se uma origem pluralista do universo, elementos que ao se juntarem e se separarem, dão origem e forma às coisas. Empédocles no livro *Pré Socráticos* (1985) observa o amor e o ódio como as duas forças que regem elementarmente o universo. Sobre o pensamento empedocleciano, Maciel Junior afirma que: “A força agente do amor uniu tudo com tudo, eliminando o ódio e proporcionando harmonia. Veio então o ódio e introduziu-se na esfera, separou tudo de tudo” (2007, p. 117). Pode-se então concluir que é a partir desse processo fragmentário que se constituem as estruturas como a concebemos, o sol, as estrelas, os planetas, os seres, assim como tudo mais naquilo que é universal nas coisas.

Segundo Danilo Marcondes (2005), é na primeira fase da filosofia pré-socrática que se encontram os questionamentos sobre a natureza, a partir de Heráclito, o mais relevante pensador da primariedade filosófica grega sobre a natureza, que tinha suas ideias contrariadas, principalmente, por Pitágoras e Parmênides. Depois virá a fase considerada como pluralista que se destaca através de Anaxágoras, Leucipo, Demócrito e Empédocles.

Sócrates é considerado um “divisor de águas” na filosofia, por trazer uma nova visão de homem em relação ao mundo, a sociedade e a ética. É a partir de Sócrates que a

visão grega sobre o homem e o mundo começa a se ampliar, e têm início as discussões de cunho político. Em relação a Sócrates, no processo de contemporização de seu pensamento, Marcondes observa que:

O pensamento de Sócrates e dos sofistas devem ser entendidos, portanto tendo como pano de fundo o contexto histórico e sociopolítico de sua época, pois tem um compromisso bastante direto e explícito com essa realidade. Isso mostra uma proximidade maior entre Sócrates e os sofistas do que entre Sócrates e os pré-socráticos. (2005, p. 40)

Esclarecemos as palavras de Marcondes que, a nosso ver, ensejam certa ambiguidade para o leitor menos atento. A aproximação de Sócrates com os sofistas é exclusivamente histórica, eles participaram de um mesmo contexto político-social, entretanto, com perspectivas opostas, porque é justamente por discordar do sofismo e criticar a situação política de sua época, que Sócrates vai ser condenado ao suicídio.

Os sofistas veem “o homem como a medida de todas as coisas, das que são, como são e das que não são e como não são” (MARCONDES, 2005, p. 43). A partir dessa ideia central dos sofistas, é possível perceber o início do pensamento antropocêntrico, que vê o homem como centro do universo, numa visão unilateral do mundo. Por outro lado, Sócrates busca, através do discurso dos opostos refletir sobre a prática política de sua época, sendo acusado de desrespeito às tradições religiosas e de corruptor da juventude.

Vê-se já, a partir daí, uma espécie de “simulacro” criado com o objetivo de ensurdecer a sociedade e calar as palavras que poderiam aguçar as mentes dos jovens atenienses em relação as ideias dominantes da época. Sócrates embasa sua obra numa relação dialética, no intuito de trazer o sujeito à descoberta do conhecimento, ou seja, a Maiêutica, como ficou conhecida a perspectiva socrática, seria a parição das ideias, algo que já estava no indivíduo e que ele precisava descobrir. Dessa forma, o questionamento era uma prática socrática, no intuito de que o sujeito questionado pudesse raciocinar sobre suas sabenças até o ponto de perceber que não sabia o suficiente. Nesse contexto, o filósofo procurava uma conscientização do homem sobre sua própria condição de ser e de estar no mundo, e as suas escolhas, através de princípios éticos e morais, o que remete à noção de

“conhece-te a ti mesmo”, pregada pela perspectiva judaico-cristã, nos ensinamentos atribuídos a Cristo cerca de quatro séculos depois.

Já na concepção pós-socrática, as reflexões platônicas passam a investigar as manifestações culturais de sua época, visando entender as ações humanas e o porquê delas, considerando, obviamente, a condenação de um dos homens mais sábios da Grécia. Assim, Platão vai tematizar suas obras a partir da ideia de democracia, iluminando seu significado, ressaltando a importância da religião e a representação que dela fazemos; também busca entender o valor da arte, o significado do estudo e a definição das virtudes humanas. Nesse contexto, Marcondes coloca em relevo a obra de Platão da seguinte forma:

A obra de Platão se caracteriza como uma síntese de uma preocupação com a ciência (o conhecimento verdadeiro e legítimo), com a moral e a política. Envolve assim um reconhecimento da função pedagógica e política da questão do conhecimento. Sua conclusão é que o conhecimento (o saber) identifica-se com o bem. (2005, p. 51).

É, portanto, a partir do contexto de visão humanista de Platão, que vêm à tona conceitos e posições sobre ética, moral, homem e sociedade, numa perspectiva racional, em que a natureza é algo à parte. Assim, o homem é o principal sujeito e a natureza é o que o rodeia e da qual pode usufruir livremente.

No entanto, a capacidade humana vai além do que ele necessita; a possibilidade de explorar o outro em benefício próprio e a busca desenfreada pelo poder cegam o indivíduo, levando-o a ignorar a existência e necessidades do semelhante. É partir daí, com a presentificação de tais concepções que possibilita-se refletir a intensa necessidade de resgatar um pouco da “dignidade” de outros seres, igualmente naturais, com os quais nos relacionamos e dos quais depende a nossa condição de vida na terra.

O pensamento científico grego vai se desenvolvendo, passando a ser sistematizado e organizado, tendo como grande contribuinte desse processo, o filósofo Aristóteles. (século IV a.C.) Ele observa o homem como um ser que deve ter um saber teórico, uma proposta de conhecimento sobre o mundo natural; a capacidade de discernimento para as ações e a inteligência criativa para produção, inclusive artística.

O filósofo vê o mundo de forma concreta (matéria = *hyle* e forma = *eidos*). A matéria seria a individualidade, aquilo que dá identidade a determinada coisa e ao sujeito, é o que o faz ser um e não outro. Já a forma é o comum à espécie, o que faz os seres aparentemente iguais. O homem, por exemplo, é um ser pensante e inteligível, já o animal é irracional. Sobre esse aspecto Marcondes observa que:

Há, na verdade, segundo Aristóteles, uma confusão em torno dos vários sentidos e uso do verbo “ser” do grego (*einai*). As coisas existem de diferentes maneiras, ou seja, o modo de existência da substância individual é diferente do das qualidades, quantidades e relações, já que essas dependem da substância. (2005, p. 73)

Essa substância equivale à essência que faz com que cada coisa seja diferente da outra e a forma, para o filósofo, são os acidentes, o mutável de cada coisa, as características variáveis sem, no entanto, perder a essência. As coisas e pessoas são formas que enformam um conteúdo (substância).

Vê-se, ao longo do tempo, que o homem se deixou levar pelo prazer do alcance da felicidade, cujo sentido passou a ser apenas o acúmulo de bens. Para isso, a exploração dos recursos naturais vai ser feita desmedidamente, pondo em risco a continuidade das matérias terrenas, das espécies, inclusive a humana.

Aristóteles (2006), nesse sentido, reconhece a necessidade das coisas, mas condena a demasia. Ele compara a natureza humana à natureza externa no sentido de que ambas buscam a realização plena, embora se distingam pelo fato de que, enquanto a última sofre transformações concernentes à sua condição de ser, o ser humano usa de sua racionalidade para escolher as condições para o processo de realização de suas ações e, por isso, a importância da ética.

A concepção aristotélica de mundo visa à compreensão do homem em relação a ele mesmo e à natureza externa. Nessa concepção, observa-se que as ações não provêm da natureza, mas da razão. Por isso o homem deve buscar no seu “conteúdo” algo que lhe torne possível assimilar as ações e essa condição é a racionalidade, como observa o referido filósofo em *Ética a Nicômaco*:

Nenhuma das virtudes morais surge em nós por natureza visto que nada que existe por natureza pode ser alterado pelo hábito. [...] Nem qualquer coisa que por natureza se comporte de certa maneira pode ser habituada a comportar-se de forma diferente (2006, livro II cap. I p. 40).



Para o filósofo, tudo que provém da natureza, ou que é naturalmente “dado” ao homem, em sua condição de ser, é imutável e o homem usa de suas capacidades naturais para viver socialmente, por isso aprende as virtudes: “Ademais, de todas as coisas que nos vêm por natureza, primeiro recebemos a potência e só depois exteriorizamos a atividade, [uma vez que] adquirimo-la pelo exercício” [...] (2006, p. 40). Observamos, porém, que hoje é possível afirmar que a natureza externa e a natureza humana se estruturam conjuntamente. Uma interfere ou influencia a outra, no sentido de que as ações humanas podem interferir nos fenômenos naturais e nas faces dos espaços. Do mesmo modo, o espaço-ambiente, ao sofrer alterações naturais ou através das ações antropogênicas, interfere de alguma forma na vida humana.

Considerando os fatores socioculturais da época, o filósofo grego observa que a natureza é inata e só se altera conforme si mesma, uma vez que é o princípio intrínseco de movimento e de repouso dos entes, tendo Deus como o primeiro motor. Já o homem, pela sua condição racional, pode fazer-se a si mesmo. Nesse eterno movimento, que não se explica racionalmente, há, segundo Aristóteles, uma causa, pois um efeito é sempre precedido de uma causa. Deus seria a explicação do movimento e das transformações da natureza. Deus como ser “maior”, concedeu-nos a natureza. É a partir dessa concepção, que vai ser gerada a ideia aristotélica da terra como centro do universo, (sistema geocêntrico), ao redor da qual girariam o sol e os outros planetas.

É nesse sentido que o pensamento aristotélico vai ser apoiado pelo Cristianismo, na Idade Média, embora com algumas restrições. Santo Agostinho, por exemplo, vê a natureza como uma livre criação de Deus no tempo, mas sendo concebida como algo externo a ele, subordinando-se à sua vontade, aspectos que se asseveram nas palavras do eclesiástico:

Que nós Vos amemos, para que as vossas obras Vos enalteçam! Elas têm princípio e fim no tempo, nascimento e morte, progresso e decadência, beleza e imperfeição [...] Foram feitas por Vós do nada, não porém de vossa substância ou de certa matéria pertencente a outrem ou anterior a Vós, mas da matéria *concriada*, isto é, criada por voz, ao mesmo tempo que elas, e que, sem nenhum intervalo de tempo fizestes passar da informidade à forma. É certo que a matéria do céu é diferente da terra e a beleza de um difere da beleza do outro, pois a matéria do mundo a tirastes do nada e a

beleza do mundo, da matéria informe. Vós as criastes, contudo, ao mesmo tempo, a matéria e a forma, porque entre a criação da matéria e a da forma não mediou nenhum espaço de tempo. (1999, p. 413)

Observa-se, pelo contexto acima, que existe a separação entre Deus e a natureza em geral e, conseqüentemente, a separação entre o Céu e a Terra. Se Deus é do Céu e criou a terra, logo, essa terra não é parte do Céu. Percebe-se que parte-se de uma visão secessionista, do universo, que vê em Deus o criador do universo e aquele que o comanda em todos os sentidos.

Com o advento do Renascimento, (séc. XVI) a ciência como um todo, e em particular o estudo da matemática, obtiveram notável desenvolvimento, sobretudo nos campos em que predominava a lógica e nos quais os conhecimentos eram formulados a partir de elementos estruturados separadamente e logicamente correlacionáveis. Assim, separam-se homem e natureza, ainda que o conhecimento empírico não tenha sido abandonado completamente.

Para Francis Bacon, (séculos XVI e XVII) o intelecto comandaria as ações do homem em relação aos instrumentos e meios, com os quais ele poderia afirmar-se consoante seus interesses. Nos aforismos de Bacon se pode ver o homem como dono e senhor do universo, já que no uso da inteligência, pode “ilimitar” seu poder:

O Homem, ministro e interprete da natureza, faz e entende tanto quanto constata, pela observação dos fatos ou pelo trabalho da mente, sobre a ordem da natureza: não sabe nem pode mais.

Nem a mão nua nem o intelecto, deixados a si mesmos logram muito todos os feitos se cumprem com instrumentos e recursos auxiliares, de que dependem, em igual medida, tanto o intelecto quanto as mãos. Assim como os instrumentos mecânicos regulam e ampliam o movimento das mãos, os da mente aguçam o intelecto e o precavém.

Ciência e poder do homem coincidem, uma vez que, sendo a causa ignorada, frustra-se o efeito. Pois a natureza não se vence, se não quando se lhe obedece. E o que à contemplação apresenta-se como causa é regra na prática. (BACON, 1999, p. 33)

Vemos, a partir da assertiva baconiana, a importância de olhar o passado, uma vez que muito do que somos ou fazemos traz reflexos do que vivemos, ouvimos e vemos, em tempos pretéritos. Podemos observar, através das ideias de Bacon, que a visão de natureza como objeto de apropriação humana, ao longo do tempo, nos leva a compreender atitudes que são de larga exemplificação nas relações

homem/natureza. É importante tentar diminuir essa distância entre homem e natureza e chamar atenção para os problemas ambientais causados por essa visão separatista da natureza.

Assim como Bacon, Descartes acreditava no poder do conhecimento e da intelectualidade como ele próprio diz no *Discurso do Método*: “Desde a infância nutri-me de letras, e, por me haver persuadido de que por meio delas se podia adquirir um conhecimento claro e seguro de tudo o que é útil na vida, sentia um imenso desejo de aprendê-las” (1999, p. 37). Essa sede de saber fez com que o filósofo chegasse à conclusão de que o conhecimento é infundo: “Pois me encontrava embaraçado com tantas dúvidas e erros que me parecia não haver conseguido outro proveito, procurando instruir-me, senão o de ter descoberto cada vez mais a minha ignorância” (p. 37).

Nesse contexto, Descartes (séc. XVII) abandona, até certo ponto, o que ele acredita que pode comprometer a razão, como a teologia, astrologia, as letras, a poesia, chegando a criticá-las, como algo inútil: [...] “Pouco a pouco livre-me de muitos enganos que ofuscam nossa razão” (p. 42). Há na visão cartesiana a crítica ao humanismo com certa arrogância e, em contraposição, ele sublimava a matemática:

Comprazia-me, sobretudo, com as Matemáticas, por causa da certeza e da evidência de suas razões; mas não percebia ainda seu verdadeiro uso e, acreditando que serviam somente às artes mecânicas, surpreendia-me que, embora fossem firmes e sólidos seus fundamentos, nada de mais elevado se tivesse edificado sobre eles. (DESCARTES, 1999, p. 40)

Descartes não via a cultura como virtude humana, acha que é uma perda de tempo pensar culturalmente, uma vez que não se tem, positivamente e concretamente, algo que legitime tal conhecimento. Assim, “Descartes busca descobrir um fundamento sólido e verdadeiro, com que não dependesse da cultura a que pertencia” (GRUN, 2006, p. 66). Nessa procura incessante, o filósofo chega à metafísica [...] “tomei um dia a decisão de estudar a mim próprio, e de empregar toda força do meu espírito na escolha dos caminhos que devia seguir”. (DESCARTES, 1999, p. 42).

Observa-se que o filósofo francês fomenta a percepção de espaço topológico, conferindo à natureza a visão de um objeto inteirado por fragmentos lógicos, uma

vez que, para ele, o corpo não tem valor, pois o que constitui o homem é a razão, o pensamento.

É interessante observar que muitas polêmicas formaram-se a respeito da obra cartesiana, mas, embora negando a importância da natureza, seus estudos sobre a matemática em geral foi alicerce para o desenvolvimento dos muitos estudos desenvolvidos nas ciências ditas exatas e outras ciências. Nesse contexto, é importante conhecer os dois lados da obra cartesiana, como objeto de reflexão, no intuito de tentar desconstruir esse muro que se formou entre homem e natureza e resgatar o valor dos sentidos e dos sentimentos que o ser humano tanto despreza.

Discutir natureza, hoje, significa tentar contribuir para uma visão ambiental mais consciente, olhar para o presente e para o passado e procurar meios pelos quais o indivíduo possa fazer, ele mesmo, suas avaliações a respeito do que ele entende por natureza. Um bom exemplo disso são obras literárias de ontem e de hoje, em prosa ou em verso, que podem ser observadas por esse viés, porque a natureza nunca esteve fora do mundo literário, uma vez que pode ser observada como uma categoria a ser analisada pelo olhar crítico.

Ainda sobre as perspectivas de natureza, Bento Espinosa deixou grande contribuição aos estudos sobre ética e sobre meio ambiente de um modo geral. O filósofo, ao contrário das ideias cartesianas, traz de volta a essencialidade de Deus na natureza, dizendo que: “Tudo que existe exprime, de modo certo e determinado, a natureza ou a essência de Deus”. (2006, p. 86). Percebe-se uma exaltação à natureza e uma ênfase da importância dela como a origem de tudo, embora ainda seja uma visão separatista. O filósofo deixa importantes reflexões que se vinculam diretamente à educação ambiental como observa Sawaia: “Em síntese, pode-se afirmar que Espinosa opera um giro metodológico que permite colocar a educação ambiental de uma maneira nova”. (2006, p. 84).

Em meio às transformações socioculturais e da ascensão burguesa em pleno Iluminismo do século XVIII, Jean-Jacques Rousseau busca um alento na natureza como um retorno ao ventre materno. O filósofo demonstra certo desapontamento com a vida citadina e com a sociedade em geral, às quais atribui valores negativos,

como a falsidade e o egoísmo, fatores que o fizeram procurar predicativos no meio ambiente natural, para pensar uma sociedade mais igualitária.

O refúgio rousseuriano fomenta a ideia de repúdio à extrema racionalidade que torna refém o sentimento. Dessa forma, a natureza é um meio de recuperar os sentimentos perdidos ou usurpados pela intensa busca do progresso, para o qual a ciência é base, critério, razão e essência, para condução e/ou apreensão do saber. Nesse contexto, Nadja Hermann (2006, p. 94) observa que o filósofo seria o fio condutor do pensamento contrário ao tecnicismo e à coisificação humana. Nessa perspectiva a autora observa que:

Ele aponta para a incompatibilidade entre a ciência e a virtude, rompendo o vínculo considerado indissolúvel entre consciência moral e consciência cultural para dar lugar entre natureza e ética, revolucionando o modo de compreender o homem e as bases da educação. Desconfiado da razão que não educada pelos sentimentos, Rousseau está em pugna constante com seu século, com o progresso.

Por passar ideias contrárias ao pensamento racional da época, e ir de encontro à objetividade e ao cientificismo, que deixava o sentimento à margem das reflexões de ciência moderna, Rousseau foi muito criticado por seus contemporâneos, a exemplo de Voltaire, que ironiza a obra *Emílio* (1762), um ensaio pedagógico em que Rousseau tenta levar a criança a ser um adulto bom, sem maldade que possa ferir seu semelhante. O filósofo suíço acredita na bondade natural do homem, uma vez que a maldade tem a origem nos princípios e valores civilizatórios da humanidade. Nesse contexto, Voltaire observa na obra rousseuriana que o retorno à natureza proposto pelo autor seria um retorno à animalidade. Essa ironia vai ser respondida por Rousseau, numa assertiva em que ele diz:

Vereis que eu não aspiro nos fazer regressar à animalidade, embora eu, de minha parte, muito lamente o pouco que dela perdi. Ao vosso respeito, senhor, este retorno seria um milagre tão grande que somente Deus poderia fazê-lo, e tão prejudicial que somente o Diabo poderia querê-lo. Não tente, então, recair nas quatro patas, pois nenhuma pessoa no mundo teria menos sucesso que vós. Vós nos endereitais muito bem sobre nossos dois pés para cessar de se manter sobre os vossos. (2006, p. 95)

Fica evidente que Rousseau ataca diretamente Voltaire, e nesse ínterim, ele chega a colocar o animal acima do humano, no sentido de que aquele conserva a pureza e tem suas atitudes na condição natural que lhe permite ser o que é, enquanto este, através da racionalidade, adquire a maldade que usa contra seus semelhantes.

Mostra que o retorno de uma pessoa, como seu oponente, à condição animal, seria uma ofensa à natureza.

As ideias rousseaurianas (século XVIII) são intensificadas em *A origem da desigualdade entre os homens*, em que ele mostra o olhar perceptivo do homem em relação ao outro e ao meio em que vive. Ele vê no ambiente natural uma saída para as contradições capitalistas que já se alastravam pelos ambientes citadinos e a natureza é vista como um refúgio. Na citada obra, o filósofo não se furta em atacar o egoísmo humano, que leva o homem a usar o outro em prol de si mesmo, desrespeitando a própria condição humana de ser.

A filosofia rousseauriana entra em harmonia com o pensamento que predomina atualmente, nos mais distintos centros universitários do mundo inteiro, nas mesas de discussões sobre ecologia e meio ambiente, sendo ele, ainda no século XVIII, um precursor das ideias ambientalistas e da nascente ciência ecocrítica, uma vez que assume essa postura no texto literário, como é o caso da obra *Devaneios do caminhante solitário* (2011).

Nessa obra, o filósofo coloca, em alguns momentos, uma natureza que já se relaciona com o humano, retratando, comportamentalmente, os sentimentos humanos, convergindo, nesse sentido, com a visão fenomenológica de percepção da natureza. Ao mesmo tempo, o autor incita os aspectos sociais, uma vez que estuda e analisa o comportamento do homem em suas relações sociais de forma metafórica, como se vê em trechos da “Quinta caminhada”.

Essa bela bacia quase circular encerra em seu centro duas pequenas ilhas: uma habitada e cultivada, com cerca de meia légua de circunferência; a outra menor deserta e inculta, que no fim será destruída pela constante retirada e transporte de terra para reparar danos que as ondas e as tempestades causam na maior. É assim que a substância do fraco é sempre empregada em proveito do forte. (2011, p. 62)

Há uma personificação da natureza e, ao mesmo tempo, a comparação das ocorrências naturais com as atitudes humanas. É uma representação do poder social e do poder capitalista através da natureza. Dessa maneira, o autor traz uma perspectiva impressionantemente atual aos propósitos epistemológicos da ecologia.

Contemporaneamente como ser racional, o homem procura sempre mais do que precisa, porque busca o que o seu ego almeja. Influenciado pela retórica midiática, ele tem sido guiado por aquilo que denominamos de onda consumista, que em muito vem comprometendo o uso dos estoques de recursos naturais, em escala planetária. Por isso, é interessante observar a visão de natureza nos dias atuais, as ações e reações que afetam o mundo e o homem como um todo.

### **3. NATUREZA, ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE NA CONTEMPORANEIDADE**

As concepções de natureza vão se modificando através dos tempos, no entanto, “o que de fato tem mudado não é a natureza, mas as ideias que os homens fazem dela” (MARCOS CARVALHO, 2003, p. 60). Tanto no Ocidente quanto Oriente, à medida que essas ideias vão se afirmando, vão sendo criados termos para estabelecer uma relação mais direta com as situações e percepções culturais de cada época.

Na ânsia de explicar a natureza, o homem sempre buscou, seja pela via racional ou metafísica, fundamentos, valores, crenças e costumes que fomentam discussões e controvérsias sobre a origem da terra e as relações de tudo que nela se encerra. Contemporaneamente, a Educação Ambiental ensinada no ensino básico brasileiro, pelo menos na maioria das escolas, assume uma concepção fragmentária de natureza, que concebe o homem como um elemento que se posiciona de fora das conexões vitais da natureza, de onde comanda, com “mão de ferro”, o conjunto das forças que operam no mundo.

Nesse sentido, Dakir Lara Machado (2004) observa que, no ensino de Geografia, por exemplo, a paisagem natural é idealizada, uma vez que os mapas temáticos trazem a natureza intocada, ignorando os processos de transformação e degradação dos espaços pela ação humana, minimizando a importância histórica desses processos, a exemplo das revoluções industriais, nas quais os prejuízos não são evidenciados.

Dessa forma, é difícil a conscientização do valor da natureza, e do homem como um elemento endógeno. A autora faz um estudo minucioso sobre os livros didáticos e

observa, ao longo da pesquisa, que a natureza é concebida sempre do ponto de vista do ambiente físico e o homem como um corpo exógeno, ou seja, como elemento de fora, que coloca a natureza à sua disposição.

Com a revolução industrial em meados do século XIX, e no período atual, com o desenvolvimento técnico, científico e informacional, torna-se imprescindível a preservação da natureza. A partir dessa assertiva, nascem os lugares de contenção, por assim dizer, criados pelas relações capitalistas, como forma de proteger pedaços de áreas no ideário de uma vida que se supõe ser ecologicamente correta. Assim, criam-se parques florestais na tentativa de preservar algumas espécies, também são confinados vegetais e animais em zoológicos, parques botânicos e outras áreas de preservação em que curiosos visitantes deixam-se explorar pela especulação capitalista, vendendo seu “tempo livre” para ver um pedaço de natureza “privatizada”.

Excetuando esses pequenos “oásis”, o resto dos espaços são tomados pelo “desenvolvimento”, que está sempre criando meios para provocar o consumismo, mantendo, no ideário popular, a distância entre homem e natureza. Dessa forma, a natureza é um “bem de consumo” apropriada pelo homem e sua técnica.

Em meio a esse emaranhado de concepções e desprezo com a natureza, surgem nomes e ações benquistas. Também fomentados por esses contextos, são criados novos ângulos para olhar o contexto natural e contribuir para preservação dele. Nesse universo entram inúmeras áreas do conhecimento, buscando perceber como esse todo, ao qual chamamos atualmente de meio ambiente, se apresenta aos olhos do homem contemporâneo.

Atualmente o homem, premido pelo lado que não foi reificado completamente, em exemplos isolados, lança mão das inovações técnico-científicas para voltar, instintivamente, à sua condição de ser natural, ao procurar, de alguma forma, o contato com esse mundo. Ainda que de forma fragmentada, cria meios e ações para uma educação que conscientize o sujeito da importância da preservação do meio em que vive, como afirma Carvalho (2008, p. 37):

A visão socioambiental orienta-se por uma racionalidade complexa e interdisciplinar e pensa o meio ambiente, não como sinônimo de natureza,



mas como um campo de interações entre a cultura, a sociedade e a base física e biológica dos processos vitais, no qual todos os termos dessa relação se modificam dinâmica e mutuamente.

Na atual situação em que se encontra a relação homem-natureza, algumas palavras e ideias criaram força, por isso o tema mais debatido em Academias de um modo geral, congressos, e encontros de autoridades governamentais é a Ecologia e Meio ambiente.

O termo Ecologia foi criado por Ernest Haeckel, a partir da palavra grega *iokos* (casa), para denominar uma disciplina da área da Biologia, que teria como função estudar as relações entre as espécies animais e seu ambiente orgânico e inorgânico. Haeckel foi um difusor das ideias evolucionistas de Darwin e deu ao termo Ecologia o sentido de Ciência das relações dos organismos com o mundo exterior. Com esse sentido o termo alcançou um significado mais amplo, ou seja, houve uma soltura do vocábulo Ecologia da condição apenas biológica, dando a possibilidade de, através dele, se perceberem as ações socioambientais que caracterizam as chamadas lutas ecológicas.

Dessa forma, vemos que não se pode separar natureza, ecologia e meio ambiente, uma vez que tudo converge para a vida em sociedade e trata-se de ações e reações do homem enquanto ser natural e social, perspectivas que ganham um contexto ecossocial e, até certo ponto, marxista. O humanismo seria uma das questões da perspectiva de Marx, no sentido de que o homem é um ser natural e precisa se conscientizar de que a natureza, bem como todo ser humano precisa ser respeitado e preservado. Nessa perspectiva, Michael Lowy afirma:

A crise ecológica, ao ameaçar o equilíbrio natural do meio ambiente, põe em perigo não apenas a fauna e a flora, mas também e, sobretudo, a saúde, as condições de vida, a própria sobrevivência de nossa espécie. [...] o combate para salvar o meio ambiente, que é necessariamente o combate por uma mudança de civilização, é um imperativo humanista, que diz respeito não apenas a esta ou aquela classe social, mas ao conjunto dos indivíduos. (2005, p. 73)

É notável que não se trata de uma ação sobre a natureza, mas sobre o homem, pois é da consciência ecológica e humanista dele que vão partir suas ações para com o meio ambiente e com ele próprio, a partir do momento em que ele se veja no outro. Daí a necessidade da educação ambiental, que tanto se procura hoje, ainda que, muitas vezes, seja transposta de forma equivocada, porque mostra para os

estudantes uma visão dicotomizada da relação homem e natureza, na qual a natureza aparece como algo frágil, que precisa ser cuidado.

É importante que olhemos a relação homem/natureza de forma crítica para que possamos contribuir para uma educação e formação do sujeito ecológico e ético perante o meio ambiente. Como afirma Moacir Gadotti (2000) devemos observar as relações do homem com a natureza no sentido planetário: homem, fauna e flora e todos os outros elementos e em todos os lugares.

É importante mantermos uma visão integrada, na qual sociedade, cultura e meio ambiente se imbricam em um campo de preocupações sociais e existenciais que envolvem a vida do planeta, independente do nome que essas posturas venham a assumir, como é o caso de Ecologia. Nesse contexto, Carvalho destaca que a Ecologia é uma “ideia migrante, uma ideia ponte, que transitou de um mundo a outro” (2008, P. 08) e habita, tanto no seio da biologia quanto do contexto social, com objetivos diferentes.

Atualmente, a discussão ambiental tomou corpo e é discutida em todo o mundo. O capitalismo, junto com os meios de comunicação se colocou ao lado de ambientalistas, mas nos resta analisar como isso é possível, uma vez que o consumo é estimulado a cada segundo, pelos mesmos meios de comunicação que fazem a apologia ambiental, mas, contraditoriamente, são “manipulados” pelos interesses das relações capitalistas.

Antonio Candido (2004) faz alguns questionamentos, entre eles, se o homem hoje chegou ao máximo da racionalidade, da técnica e do domínio da natureza, isso deveria ser uma perspectiva de melhora social e a solução de alguns problemas que insurgem das desigualdades e do preconceito. No entanto se percebe que esses problemas foram, até certo ponto, agravados como é o caso da fome. O autor enfatiza nesse aspecto que há, ainda de forma muito intensa, a irracionalidade no comportamento humano quanto ao tratamento com o outro, o que nos faz perceber a dialética do desenvolvimento e do “progresso”.

Nessa perspectiva, Miguel Grinberg, no livro *Ecofalacias, El poder transnacional y la expropiación del discurso “verde”* (2012), observa essas atitudes, criticando a omissão das grandes empresas que representam o poder do capitalismo e dos meios de comunicação durante décadas. Segundo ele, foi preciso que as discussões tomassem uma importância mundial para que essa inserção acontecesse. No entanto, é preciso observar que há uma hipocrisia e um simulacro por ambas as partes. Desse modo ele diz que:

Ahora, el discurso predominante corre por cuenta de poderosos consórcios transnacionales que promoven – para sobrellevar la transición hacia una era de “desarrollo sustentable” – una panacea universal: el capitalismo verde. Que trata de maquilar un acumulo de falácias a fin de disimular una antigua plaga corporativa: la dependência de los pueblos excluidos de los privilegios de una supuesta “sociedade de consumo” disenada para minorias privilegiadas. (p. 11)

Observa-se, assim, que há toda uma manipulação discursiva intencional, para que o humano se mantenha num mundo ilusório, no qual o sujeito é levado a pensar que está inserido virtuosamente no mundo “sustentável”. Do mesmo modo, o discurso utilizado em prol do meio ambiente não condiz com a prática cotidiana, pois se compromete com uma falsa aliança, um disfarce, para esconder a depredação da natureza pela transformação massiva de recursos naturais em bens de consumo.

Para Grinberg, o que se evidencia é um acúmulo de falácias que não se sustentam nas ações. Ele questiona as estruturas capitalistas e as transformações ambientais e como o crescimento econômico pregado provoca, por outro lado, um subdesenvolvimento, em virtude dos danos causados com o esgotamento dos recursos, a exemplo dos minerais do solo. Neste processo está também a contaminação biológica, representada pelos agentes causadores de enfermidades ao homem, e pelo crescimento desordenado de alguns tipos de animais e vegetais, provocados por desequilíbrios antrópicos.

O pensador argentino “ataca”, enfaticamente, a falsidade ideológica debitada como ônus para a sociedade, pela espúria aliança constituída pelos grandes conglomerados capitalistas por parte de alguns setores da mídia e pelo Estado, que se associam aos interesses “menores”, frente às desigualdades e contradições das relações capitalistas.

Já Luc Ferry, em *A nova ordem ecológica* (2009), propõe uma reflexão sobre o comportamento da humanidade através dos tempos, com relação aos elementos naturais. O autor mostra as comunidades cristãs mais antigas que acreditam ser, aqueles seres, criação de Deus, e sua estada na terra, permissível por ele. O autor relembra histórias em que algumas comunidades buscam ajuda dos representantes da Igreja para o afastamento de pragas. Isso mostra que o respeito à natureza vinha de uma crença de que ela pertencia a Deus, ou seja, ele era dono da natureza e se ela fosse molestada poderia, o molestador, ser punido por ele. Percebe-se, desse modo, que não era a consciência de não maltratar outros seres, que levavam as pessoas a não atentarem contra outros elementos naturais, mas o temor ao castigo de Deus.

O autor observa que, na contemporaneidade, criaram-se leis para assegurar os direitos do homem, da criança, da mulher, do negro e do índio. Assim, quem sabe haja a possibilidade de criar-se uma lei que possa defender os direitos de outros elementos naturais, já que o homem, como uma praga, vem devastando incessantemente os recursos naturais. A solução para os problemas ambientais atuais seria encontrada caso o homem, justamente no uso da razão e senso de justiça, se voltasse à causa da natureza, não pelo interesse próprio (humano), mas por ela mesma, pelo direito que tem de ser o que é, de estar onde está e viver “naturalmente”, numa perspectiva de diversidade biológica e criação de um estatuto da natureza.

As indagações do autor a respeito das ações humanas para com os animais nos levam a questionar sobre o critério que faz preservar uns e matar outros. Podemos pensar qual a diferença entre o cachorro e a vaca? O que nos leva a pensar que um pode ser preservado enquanto o outro pode ser sacrificado para servir de alimento? Outra perspectiva ecológica colocada por Ferry é a ecologia profunda, que defende, por exemplo, o direito da árvore, ou seja, que o ambiente natural não pode ser sacrificado em prol de um humanismo egoísta e cego. Tal princípio é sustentado por movimentos “alternativos”, na Alemanha e EUA, e tem defensores como Aldo Leopoldo nos EUA, considerado o pai da Ecologia profunda; Hans Jonas, na

Alemanha, que tem trabalhos como *Principe responsabilité* (1979), e o francês Michel Serres.

Essa concepção ecológica defende que o homem deve ser protegido de si mesmo e que o universo, como um todo, deve se tornar sujeito de direito. Segundo Ferry, a ecologia profunda prega que: “Precisamos dar um passo suplementar, levar finalmente a sério a natureza e considerá-la dotada de um valor intrínseco que exige respeito.” (2009, p. 122) .

Os Postulados de Ferry em defesa da questão ecológica, nos reportam às ideias de Felix Guatarri e *As Três ecologias* (2005), obra na qual o autor afirma que há três direções a serem seguidas pela perspectiva ecológica: “o meio ambiente, as relações sociais e a subjetividade humana”. Dentro da perspectiva da “Ecosofia”, proposta por ele, o meio ambiente segue outro rumo, o da reciprocidade de relações, opondo-se, dessa forma, às contradições das relações capitalistas.

Já Guatarri vê uma profícua integração da relação homem-natureza. Percebe-se, assim, a necessidade de a ecologia ser concebida globalmente, como ele mesmo afirma: “Não haverá verdadeira resposta à crise ecológica, a não ser em escala planetária e com a convicção de que se opere uma autêntica política social e cultural, reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais” (2005, p. 9).

Guatarri observa que a subjetividade humana não se estrutura separadamente das relações sociais, assim como todo contexto tecnológico e econômico fazem parte da vida humana, influenciando os outros dois aspectos.

O filósofo comunga com a ideia de que a mutação técnico-científica e o exacerbado crescimento demográfico podem acarretar a degradação da humanidade, através do desemprego, da marginalidade, da ociosidade, da solidão, da angústia e da neurose, e que se constitui como a síntese da degeneração mundana, trazendo a sensação de que o mundo desmorona celeremente.

Nesse contexto, buscamos a orientação necessária pela reflexão crítica, no objetivo de poder contribuir para a conscientização do homem adormecido pelo sono da

alienação e do poder. A educação ambiental, de forma mais específica, evidencia o papel mediador da leiturização literária, geográfica, ambiental, histórica, seja de qualquer ordem, sobretudo para contribuir com as estratégias de formação de sujeitos capazes de agir e de se posicionar diante da premência das questões ambientais.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, podemos observar que o homem vê na terra sempre um meio de prosperar e faz uso das estratégias capitalistas, usa-as para alcançar seus objetivos. A preservação, nesse caso, é para benefício tão somente do homem. Como se ele, em suas diversas escalas de ação, fosse um ente, autônomo em si mesmo. Esse aspecto comunga com o que diz Ferry (2009) sobre a primeira concepção moderna de ecologia em que tudo é feito e pregado em prol de uma preservação ambiental, pensando exclusivamente no humano.

Assim, a nossa visão mediada pela lente da tecnologia e ampliada pela ideia de universalidade, tem a possibilidade de observação de virtudes e “defeitos” e de ações positivas e negativas sobre a natureza, nos dando a oportunidade de fazer escolhas de forma mais consciente. Temos possibilidades argumentativas, porque o mundo é apresentado de modo que se possa observá-lo, uma vez que o contexto de globalização, possibilitada pela técnica, aproxima o homem do mundo que o cerca ou, pelo menos, o faz enxergá-lo melhor.

Dessa forma, percebemos que chegamos ao limite da tão sonhada racionalidade técnica, no entanto, não a usamos em prol de nós mesmos, porque não usamos em prol do mundo e do outro, sabemos o que fazer, mas não o fazemos, uma vez que todo esse conhecimento adquirido poderia ajudar para um mundo mais igualitário se não fosse o preço da racionalidade capitalista e tecnicista, ou seja, se ela não servisse apenas aos que podem pagar.

#### 5. REFERÊNCIAS

- Aristóteles. **Ética a Nicômaco**. (Trad. Pietro Nassetti). São Paulo: Martin Claret, 2006.  
\_\_\_\_\_. **Arte poética**. São Paulo: Martin Claret, 2004.  
Bacon, Francis. **Aforismos**, in **Os pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

- Candido, Antonio. O direito à literatura in **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2004. P.169, 191.
- Capra, Fritjof. **O Tao da física: um paralelo entre a física moderna e o misticismo oriental**. São Paulo: Cultrix, 2006.
- Carvalho, Marcos. **O que é natureza**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- Carvalho, Isabel C. de Moura. **Educação ambiental, a formação do sujeito ecológico**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- Descartes, René. O Discurso do Método, in **Os pensadores** (trad.) Erico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 1999 .
- Empédocles. Coleção **Os Pensadores**. São Paulo: Nova cultural, 2000.
- Empédocles. **Os pré-socráticos: fragmentos, doxografia e comentários** (SOUZA, José Cavalcante et al) São Paulo: Abril cultural, 1985.
- Espinosa, B. Ética demonstrada à maneira dos geômetras. (trad.) Jean Melville. São Paulo: Martin Claret,. In **Bases filosóficas para educação ambiental**. Brasília: MEC, 2006.
- Ferry, Luc. **A nova ordem ecológica. A árvore, o animal e o homem**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009 .
- Foucault Michel. **Estética: Literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- Gadotti, Moacir. **Pedagogia da terra**. São Paulo: Petrópolis, 2000.
- Grinberg. Miguel. **Ecofalacias, el poder transnacional y la expropiación del discurso “verde”**. Rosário, AG: Fundação A. Ross, 2012 .
- Guattari, Felix. (2005) **As três ecologias**. São Paulo: Papyrus.
- Heráclito, **aforismos**, (fragmento 49) in AIUB, Mônica. O Sábio fluir. **Revista Filosofia** ano 2 nº2 . São Paulo: Escala, 2010.
- Hermann, Nadja. Rousseau: **o retorno à natureza**. Bases filosóficas para educação ambiental. Brasília: MEC, 2006 .
- Lowy, Michael. **Ecologia e socialismo**. (trad.) Jaci dantas e Mª de Lourdes de Almeida. São Paulo: Cortez, 2005.
- Machado Dakir Lara. **A geografia que ensina e a abordagem da natureza pelos livros didáticos**, Dissertação de Mestrado pela UFRGS (2004), disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/6780?locale=en>.
- Maciel Junior, Auterives. **Pré-Socráticos, a invenção da razão**. São Paulo: Odysseus, (2007).
- Marcondes, Danilo. **Iniciação à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- PLATÃO. Coleção **Os Pensadores**. São Paulo: Nova cultural, 2000.
- Rousseau, Jean-Jacques. **Os pensadores**. São Paulo: Nova cultural, 1999 .
- Rousseau, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. (Trad.) de Sérgio Milliet. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 233-238.
- Rousseau, Jean-Jacques. **Os devaneios do caminhante solitário**. São Paulo: Martin Claret, (2011).

Santo Agostinho. **Confissões – Col. Os pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 999.